

João Pessoa, PB, 16 a 22 de maio de 2011 - nº 21 - Ano XIV

Pela apuração dos fatos

Na segunda-feira última (16), em virtude de denúncias nos meios de comunicação, o Sindifisco-PB solicitou, através do ofício 072/2011, que a Secretaria se manifestasse publicamente sobre a legalidade do procedimento administrativo do cancelamento de auto de infração lavrado contra uma empresa situada na capital, bem como quanto à quebra do sigilo do feito fiscal. No dia seguinte (17), o Sindifisco tornou público, em nota divulgada na mídia, o pedido.

Na quarta-feira (18), foi publicada no Diário Oficial, sindicância instaurada pela Corregedoria Fiscal, conforme portaria 008/2011, para apuração dos fatos, atendendo à determinação do Secretário da Receita.

Obedecendo aos princípios que norteiam a administração pública, espera-se que os fatos sejam devidamente esclarecidos, visando a preservação do interesse público e da imagem do Fisco paraibano.

Ofício à SER

O Sindifisco-PB enviou à SER ofício solicitando pronunciamento a respeito do que vem sendo insistentemente noticiado de que o procedimento de fiscalização foi apagado do sistema interno da Secretaria. No documento, o Sindicato questiona se há a real possibilidade de ocorrer tal fato.

Secretário de Administração

O Secretário de Administração, Gilberto Carneiro, se reúne, no dia 30 de maio, com a diretoria do Sindifisco-PB para discutir a deliberação da última assembleia geral.

A diretoria espera receber do Secretário uma posição positiva acerca da contraproposta apresentada pela categoria.

Extrameta

A comissão paritária Sindifisco-SER, que discute a Extrameta, reúne-se nesta quinta-feira (26), com a presença do Secretário de Estado da Receita, Rubens Aquino.

Na ocasião, serão retomadas as discussões sobre a elaboração da minuta de PL, conforme deliberado em assembleia geral.

Projetos de interesse do Fisco

O Sindifisco-PB participou, de terça a quinta-feira (17 a 19), em São Paulo, da reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco. Foi avaliada a estratégia para que os Sindicatos convoquem os parlamentares dos seus respectivos Estados para participar, dia 7 de junho, do lançamento da Frente Parlamentar Mista por uma Reforma Tributária justa. Outros assuntos tratados foram a PEC 555/06 (taxação dos inativos), PEC 186/07 (Lei Orgânica do Fisco) e a PEC 270/08 (paridade para aposentadoria por invalidez).

Mandado de Injunção

Para garantir à carreira de Auditor Fiscal Estadual o reconhecimento como atividade de risco, após esclarecimentos dos questionamentos das diretorias dos Sindicatos presentes, ficou clara a necessidade de impetrar mandado de injunção sobre o assunto.

Em junho, na próxima reunião do Conselho, em Aracaju, SE, serão detalhados os procedimentos a serem adotados pelo departamento jurídico da Federação.

Forró Fiscando

Quase a totalidade das mesas do 8º *Forró Fiscando* disponibilizadas para os filiados já foram reservadas e a procura supera as expectativas. O filiado ao Sindifisco-PB que ainda não garantiu a entrada deve, pessoalmente, se dirigir à sede do sindicato e solicitar a mesa e/ou senha, mediante a doação, respectivamente, de 10Kg e 2Kg de alimentos não-perecíveis.

O arrasta-pé será no sábado (28), às 20h, no Clube Cabo Branco, e terá como atrações, *Santanna O Cantador* e *Forró Caçua*.

Perdão dos crimes ambientais

O “Novo Código Florestal”, elaborado pelo Deputado Aldo Rebelo (PCdoB), que prevê anistia a todos os ruralistas que cometeram crimes ambientais, nos últimos meses, tem influenciado o aumento de crimes contra o meio ambiente, cometidos por grandes proprietários rurais que esperam o perdão das infrações com a aprovação do novo Código, que será votado nesta terça-feira (24).

Na avaliação dos ambientalistas, é um grande retrocesso, e expõe negativamente o Brasil perante a comunidade internacional. Devemos ter leis que protejam o meio ambiente, preservando o futuro das novas gerações, e não incentivando a impunidade dos que praticaram crimes contra a natureza.